



# A UNIVERSIDADE E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PROESDE/FURB)

Valeska Cristina Barbosa  
Adriana Dias Pasco  
Annemara Faustino  
Oklinger Mantovaneli Junior

**Resumo:** As ações de extensão desenvolvidas nas Universidades brasileiras permitem uma contribuição social muito além da formação técnica qualificada, mas que se relacionam com os problemas sistêmicos locais, muitas vezes implicadas com o processo de desenvolvimento territorial sustentável. Procedendo, portanto, na capacidade que vai além de simplesmente transmitir e produzir conhecimento, suas ações se apresentam como uma rede de articulação social e econômica, que integra a universidade e a sociedade em seu em torno de forma dialógica e interdisciplinar para solução de problemas e demandas sociais. Estas características estão imbricadas no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), com enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizado em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina. Atua em formato de Educação Tutorial que desenvolve ações vivenciais, produzindo projetos sociais para alcance das metas dos ODS nas mais diversas regiões que abrangem. Neste artigo, apresenta-se a avaliação parcial do percurso formativo desenvolvido no PROESDE, a partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa com técnica de observação participante, que busca aprofundar o conhecimento para difundir a informação produzida na ação, as contribuições e os desafios para o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE).

## 1. Introdução - Desenvolvimento e Universidade: O Papel da Extensão

Ao longo da história do ensino, notadamente o universitário, foi muito difundido o sistema baseado no pensamento newtoniano-cartesiano, onde para conhecer o todo é preciso fragmentá-lo em seus componentes e estudar cada um deles separadamente, entretanto, os



avanços tecnológicos induzem a um repensar do modelo de educação (BEHRENS, 2011). Contudo, é preciso levar em conta que, a educação, apesar de adepta à prática da instrumentalização, faz parte de um processo social incorporado na sociedade democrática, dessa forma, a educação deve ser fundamentada nesse princípio, pois auxilia na análise crítica da realidade cotidiana e das normas sócio morais vigentes, de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência (ARAÚJO, 2007).

A educação é construída no interior das relações sociais concretas de produção da vida social, assim como contribui para a construção dessas relações sociais. As implicações filosófico-políticas dessas afirmações dizem respeito à ampliação dos processos educativos na perspectiva da formação humana plena (Manacorda, 1991; entre outros), isto é, na perspectiva de superação radical da alienação, da exploração do homem pelo homem e da exploração da natureza pelos seres humanos. Nesse sentido, a educação instrumentaliza o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental, instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não é a ideologia da harmonia nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, definidas por instrumentos democráticos de participação social. (TOZZONI-REIS, 2001, p. 41).

A crise planetária atual representa, pois, um importante e impostergável desafio didático: ensinar a escuta da alteridade do ecossistema para respeitar a vida e sua diversidade de forma incondicional. É necessário, pois, olhar criticamente as práticas educativas atuais com a intencionalidade de buscar alternativas conceituais e metodológicas que levem a práticas de respeito e cuidado. Trata-se de desenvolver processos educativos através dos quais se ensine e se aprenda a ética do cuidado. A sustentabilidade tem um claro elemento educativo, já que uma mais justa e simbiótica relação entre seres humanos e natureza depende de uma consciência ecológica e de mudanças éticas. E a formação da consciência ecológica para mudanças éticas significativas passa necessariamente pela educação. Aqui adquire sentido a ecopedagogia, por buscar a aprendizagem do sentido das coisas a partir da cotidianidade.

Ética e educação possuem papel solidário e recíproco. Sendo assim, a promoção de uma educação ética e voltada para a cidadania tem por obrigação proporcionar condições para que os alunos ampliem suas habilidades dialógicas e desenvolvam a capacidade



autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes, notadamente do ponto de vista ético (ARAÚJO, 2007). JOHANN (2009) na apresentação da obra *Ética e Cidadania* realiza considerações acerca de ética e educação:

Educação e Ética analisa e fundamenta a possibilidade de se reduzir as contradições em que se movimentam os seres humanos em todo o mundo. A Educação não será o único caminho de solução dos problemas atuais. Porém, o espaço educativo se constitui em um espaço de excelência para que a semente de uma nova realidade seja plantada e possa germinar. Impõe-se, assim, aos profissionais da educação a tarefa histórica de se aperceberem da ambiguidade de suas práticas e assumirem o seu papel transformador. Somente um compromisso ético verdadeiramente assumido fará com que a escola cumpra o seu papel na construção da esperança de um mundo melhor para toda a humanidade. (JOHANN, 2009, p. 9).

A educação lida com parâmetros básicos da vida em sociedade, dilemas como “qual é o papel da universidade” vem à tona, mas a universidade ou a escola, não conseguem se desconectar do mundo da vida, pois são humanos lidando com humanos, não é possível separar papéis, as necessidades das mais diversas surgem e eclodem na escola/universidade, diante disto apresenta-se a necessidade da ética, que fundamenta a discussão quanto ao ser social, podendo tornar os estudantes mais implicados para a realização de atividades sociais, ecológicas e políticas, essa asseveração fica clara nesta citação:

A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós esta tripla realidade. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 17).

É mister destacar que uma nova resistência educativa tem surgido, a partir da consciência social e ecológica; micro redes sociais estão se organizando e procurando reagir diante das imposições externas e capitalistas. Devido ao modelo peremptório das universidades modernas, com suas divisões institucionais e disciplinares, podemos compreender o papel das instituições nas questões da crise ambiental hodierna em três



aspectos:

- i. Uma inexorável contribuição aos padrões técnicos vigentes de produção.

Quanto à crítica da contribuição aos padrões técnicos vigentes de produção, Morin (2014) enfatiza que a ciência se tornou poderosa e maciça institucionalmente no centro da sociedade moderna, porém subsidiada, alimentada e controlada pelos poderes econômicos e estatais, num processo inter-retroativo. Portanto, as universidades se tornam parte do processo e do modelo capitalista de produção, romper com esse processo ou propor novas alternativas, ao mesmo tempo tentando se adaptar a ele, tem sido um desafio constante.

- ii. Crítica ao modelo econômico atual, pesquisas e análises que demonstram a crescente insustentabilidade do modelo vigente.

Inúmeras pesquisas nas universidades buscam demonstrar a crise ambiental que vivemos, alertando os profissionais, políticos e empresas. Buscando, despertar para o fato de que precisamos atentar para um desenvolvimento sustentável, equitativo e solidário, um desenvolvimento que se relacione, portanto, com o bem viver. Contudo, Ostrom (2009) critica o desenvolvimento de modelos teóricos simples que buscam oferecer soluções simplificadas e universais para problemas complexos e localizados, pois a realidade é composta de múltiplas variáveis internas, que devem ser consideradas em qualquer estudo, é necessário considerar a importância das configurações sociais, econômicas e políticas que estão vinculadas

- iii. Ações políticas e sociais, como as atividades de extensão universitária, buscando uma nova consciência no sentido de promover a sustentabilidade e a justiça ambiental.

Tais ações das universidades, embora fragmentadas, apresentam desdobramentos paradigmáticos relacionadas à educação, os quais representam uma possibilidade de resistência e diálogo com a sociedade. Ostrom (2009) argumenta que o sistema socioecológico necessita de uma abordagem multidisciplinar, na busca da resiliência do sistema, sugere que pessoas e comunidades possam contribuir muito aos sistemas quando assumem o monitoramento local, que é um dos mais importantes fatores que podem afetar não só as condições dos recursos e sistemas, como também o sucesso deles. Contudo segundo o autor, existe uma grande diversidade e vários sistemas de governança que refletem essa diversidade, é necessário evitar o problema da supergeneralização da literatura, ou indicar uma só maneira ou a melhor maneira para discutir e implementar sustentabilidade



nos sistemas socioecológicos, pois não haverá um conjunto de regras que seja aplicável em todos os sistemas de forma absoluta.

A universidade é um espaço fértil para ações multidisciplinares e interdisciplinares, haja vista a gama de profissionais, cursos e atores participantes de suas atividades, o que possibilita o confronto e o intercâmbio entre os diversos saberes e atores. O desafio atual para as universidades, portanto, é criar um mecanismo institucional que auxilie na solução dos problemas locais, de forma multidisciplinar integrando a comunidade acadêmica, que possibilite uma formação integrada com a realidade.

A organização interdisciplinar das atividades de ensino nas universidades, de certa forma, exige a superação da estrutura departamental obsoleta, estabelecida por políticas educacionais autoritárias já historicamente superadas. Os departamentos tornaram-se hoje instâncias essencialmente burocráticas, onde as discussões políticas e acadêmicas são reprimidas em nome de uma praticidade racional ou em nome da ideologia da harmonia. Os conflitos são estrategicamente esvaziados de seus conteúdos políticos e acadêmicos, dos quais emergem conflitos paradigmáticos potencialmente enriquecedores da prática pedagógica.

Não se pode negar que, nos últimos anos, a universidade conseguiu avançar no processo de democratização, quebrando, na prática, a estrutura de seu funcionamento imposta por políticas e legislação autoritárias. No entanto, esse processo de democratização contém todas as contradições resultantes do momento histórico-social que estamos vivendo. Alguns problemas precisam ser urgentemente enfrentados sob o risco de cristalizar essas conquistas históricas, transformando-as em obstáculos à reestruturação das atividades acadêmicas. Entre esses problemas, destaca-se o excesso de controle burocrático, que impede o funcionamento das universidades públicas e a necessidade de autonomia, em especial da autonomia interna, da autonomia de suas instâncias de decisão, para a melhoria da qualidade do ensino e da produção dos conhecimentos. (TOZZONI-REIS, 2001, p. 45).

Estudar os ODS e pensar a formação para a área ambiental e sua sustentabilidade, é compreender uma relação sistêmica, pautada por uma lógica que leve em consideração os assuntos ambientais como um fenômeno social, influenciado por todo movimento de arranjos no capitalismo internacional (TOZZONI-REIS, 2001, p. 49). Apesar de todo o potencial das



Universidades para um novo estilo de desenvolvimento que incorpore as questões socioambientais, este potencial tem sido pouco explorado, devido a três principais fatores:

1) a hipercomplexidade da problemática socioecológica: a complexa tarefa de promover um novo estilo de gestão de sistemas socioecológicos, no âmbito de um processo de globalização econômica e cultural, marcado pelo avanço do sistema de produção capitalista;

2) a organização universitária: a partir do século XIX desenvolveu-se um saber disciplinar, vertical, especializado e dividido administrativamente por departamentos, unidades e centros. Ampliando a hegemonia da abordagem analítico-reducionista. Seria necessário um esforço para integração do saber, ampliação dos processos de integração inter e transdisciplinar.

3) as contradições do modelo de avaliação e financiamento da pesquisa científica: O sistema não favorece, ou não inclui como deveria, as ações de maior alcance social, as quais passam do conhecimento à ação, que se integram com a comunidade e promovem o desenvolvimento local. (Vieira et al, 2011).

Com isso, destaca-se que as ações desenvolvidas nas universidades são construídas a partir das relações sociais concretas, portanto, sofrendo influência direta dos processos sociais de alienação socioeconômica, estando na base a exploração, tanto do próprio homem, quanto do homem com a natureza. Contudo, as reflexões proporcionadas nas universidades, em forma de pesquisa, ensino e empiria, buscam instrumentalizar os sujeitos, e quebrar paradigmas sociais e aprofundar reflexões democráticas de participação e ação.

### **1.1 Metodologia**

Este artigo resulta do esforço conjunto de membros do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), em torno da compreensão dos alcances dos ODS na sociedade e o papel da universidade neste contexto. Para tanto, apresenta-se aqui discussões e resultados parciais de pesquisas de doutorado, caracterizando a fase exploratória destas, portanto, de aproximação com a temática de estudo.

Neste sentido, trabalhou-se com a pesquisa qualitativa e utilizou-se o levantamento bibliográfico como forma de embasar a pesquisa empírica, sobretudo no que tange às discussões teóricas acerca do papel da universidade e da extensão na sociedade, bem como no entendimento dos ODS.

Para o relato de experiência do PROESDE FURB realizou-se inicialmente uma pesquisa





bibliográfica e documental, notadamente em publicações anteriores sobre o programa e em documentos oficiais do Governo do Estado de Santa Catarina, como leis, decretos e portarias. Tal pesquisa aportou dados para uma breve contextualização histórica do programa como política pública estadual. Na sequência o artigo apresenta a observação participante realizada na edição 2018 do PROESDE, lembrando que ser esta uma técnica da pesquisa qualitativa onde o pesquisador (observador) participa ativamente das atividades onde a coleta de dados ocorre, requerendo uma identificação e adaptação do pesquisador ao foco de observação (MONICO et al, 2017).

## 2. Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), com enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvido na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), foi pioneiro em incorporar os ODS em suas práticas, resultado das discussões e pesquisas. O Programa é vinculado ao grupo de pesquisa do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do PPGDR/FURB. Grupo no qual, promove pesquisas nas áreas da ciência política, com ênfase nas temáticas relacionadas ao estado, sociedade civil, territorialidade e poder.

Ao analisar conceitualmente o fenômeno do desenvolvimento, nos remetemos a vários questionamentos sobre: o crescimento econômico e suas consequências ambientais, desigualdades sociais e ao esgotamento de recursos naturais; contradições entre o desenvolvimento local e o global, a imposição econômica e política da globalização; as imposições do sistema capitalista e o avanço da tecnologia. Essas questões norteiam o desenvolvimento como um processo de mudança social, aplicado pelos diversos setores políticos e sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento deve refletir na qualidade de vida das pessoas. Corrobora com essa compreensão de desenvolvimento Souza e Theis (2009):

[...] podemos entender *mais do que* um processo localizado de crescimento econômico e mudança social, que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade. Aqui se adere a uma compreensão de desenvolvimento na escola regional como um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas, na participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro (SOUZA e THEIS, 2009, p. 12).



O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da percepção de insustentabilidade do padrão atual de desenvolvimento e de crescimento econômico, especialmente dos seus impactos sociais, econômicos e ambientais (RIEDL, 2017). De acordo com o Relatório de Brundtland (1987), entende-se como desenvolvimento sustentável a capacidade da população atual utilizar os recursos naturais sem gerar escassez para as gerações futuras. Sachs (1993) afirma que, o crescimento econômico deve ser uma transição para um desenvolvimento sustentável, que promova a redução das desigualdades, principalmente, nas regiões mais pobres do mundo:

Os pobres urbanos são as principais vítimas da destruição ambiental. Eles vivem na miséria, sujeitos tanto à poluição da pobreza quanto àquela que se origina dos estilos de vida esbanjadores das elites urbanas. Não têm acesso nem a infraestruturas e serviços adequados nem a moradia decente, devido aos altos índices de desemprego e subemprego e às baixas rendas per capita (SACHS, 1993, p. 30).

Apesar dos avanços tecnológicos e o aumento da produção mundial, provocado pela Revolução Industrial e o constante crescimento econômico em todo o mundo, milhares de pessoas sofrem com a desigualdade social e vivem em situação de extrema pobreza<sup>1</sup>, resultado do atual modelo capitalista. O excesso de produção tem causado enormes problemas socioambientais, socioespaciais e socioeconômicos, além de privilegiar a distribuição de recursos, com ganhos individuais em curto prazo sobre os coletivos de médio e longo prazo (SAMPAIO e DALLABRIDA, 2009)

Durante o período de discussão e criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a extrema pobreza atingia mais de 100 milhões de pessoas no mundo (ONU, 2000). Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), demonstram que, 16% da população do planeta concentram 64% da renda bruta ou, então, que 68% da população concentram 7% de renda bruta. Dessa forma, gerando impactos socioambientais, causados por um modo de produção que privilegia a racionalidade econômica e a lógica mercantil (PNUD, 2013).

Nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2000, realizou-se na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York a Assembleia do Milênio, responsável pela criação e aprovação da Declaração do Milênio das Nações Unidas. A Declaração do Milênio, foi adotada pelos 191

---

<sup>1</sup> É determinada como pobreza extrema as pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia, ou 38,00 por mês, considerando a duração média de 30,4 dias por mês (BRASIL, p. 14, 2014a).





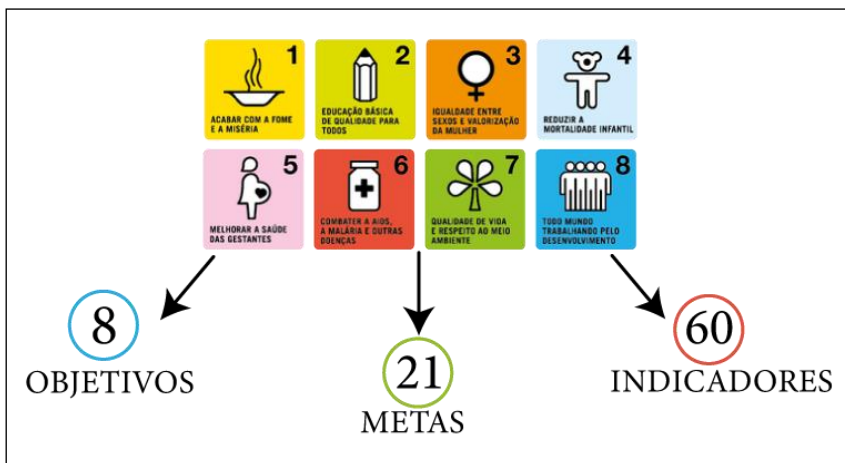
Países-membros com intuito de sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo da década de 1990 e mobilizou governos e a sociedade. Teve como prioridade a diminuição da pobreza mundial, bem como a melhoria das condições de saúde e de educação, com ênfase principalmente à criança e a mulher, garantindo assim, uma série de compromissos concretos, que contribuiriam para avanços referentes ao desenvolvimento socioeconômico, dando início a Agenda da Declaração do Milênio da ONU, para o período de 2000 até o ano de 2015 (ONU, 2000).

Os ODM representam uma grande evolução em relação a outros planos de desenvolvimento mundial porque propõem uma agenda que engloba as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, incentivam a participação conjunta de cidadãos, governos e sociedade para avançar rumo ao desenvolvimento humano. (BRASIL, 2009, p. 9).

Partindo desse pressuposto, a intervenção do Estado e da influência internacional, resultantes dos debates realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) para o bem-estar da população, ocasiona um impacto positivo para o desenvolvimento local, buscando contextualizar a relação Sociedade – Economia – Ambiente, e sua relação causa efeito no desenvolvimento da região e suas contribuições para decisões no campo das políticas públicas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, possuem indicadores de fenômenos multidimensionais, pois analisavam dados referentes à qualidade de vida e vulnerabilidade social e possuem 60 indicadores oficiais. A monitoração global dos ODM se dá por meio da colaboração estreita entre as agências internacionais e os especialistas nacionais, com uma metodologia que visa construir indicadores de fácil compreensão, inteligíveis, transparentes, para conduzir de forma ordenada as ações dos governantes e informar aos demais atores da sociedade civil.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: BRASIL (2009). Adaptado pela autora.

O modelo dos ODM tem colaborado para manter e garantir os fundamentos macroeconômicos e o controle e a preservação dos recursos naturais brasileiros. Admite um crescimento econômico baseado na redução da pobreza e da desigualdade social, com ampliação do mercado interno e dos investimentos públicos. A implantação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável no Brasil, tem garantido avanços sociais expressivos, que se refletem no alcance e até mesmo na superação das metas e indicadores dos ODM (BRASIL, 2014b). Reconhecendo a relação dos ODM com diversos de seus artigos constitucionais, o Brasil tornou-se signatário dessa declaração no ano de 2000, assumindo o compromisso de trabalhar para cumprir os Objetivos, as metas e os indicadores previstos nos ODM e expandir seu desenvolvimento (BRASIL, 2009):

A experiência dos ODM no Brasil, nos mostra que o esforço concertado em torno de objetivos comuns para a melhoria de condições de vida da população mais vulnerável é uma estratégia bem-sucedida. Além de criar parâmetros comuns para a avaliação comparada dos resultados das políticas, os ODM também qualificam o desenvolvimento que queremos almejar. A escolha e o esforço empreendido em todo o mundo para o alcance dos oito ODM ressaltou a importância do papel exercido pelo Estado para a erradicação da extrema pobreza e da fome e para assegurar o direito à igualdade de gênero, ao trabalho digno, à segurança alimentar, à educação, à saúde e à sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2014a, p. 9).

O processo de acompanhamento dos ODM no Brasil, foi realizado com a colaboração de lideranças sociais, comunitárias, empresariais e políticas. O apoio ocorreu por meio de



núcleos estaduais, regionais e municipais. Realizou-se seminários em todo o país, mobilizando mais de 30 mil lideranças para ações voltadas ao alcance das metas e melhoria dos indicadores (BRASIL, 2014b). Esse esforço coletivo proporcionou uma série de iniciativas espontâneas e sociais. Fóruns de debates, redes intersetoriais, conselhos e movimentos temáticos, foram algumas das ações executadas na busca para alcançar os Objetivos, metas e indicadores (BRASIL, 2009). Pode-se mencionar a atuação do NIDEP, ao apoio desses núcleos e em suas atividades.

Presente no Brasil desde a década de 60, o PNUD colabora nas atividades acima citadas, atuando em temas relacionados à modernização do Estado, em apoio para o seu desenvolvimento, na ciência, tecnologia e no fortalecimento de suas instituições, tendo como foco o combate à pobreza, à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais (ONUBR, 2018c). O PNUD, tem como prioridade fortalecer o desenvolvimento social em todo o Brasil; o combate à discriminação de gênero, raça, idade ou orientação sexual; reduzir as desigualdades; superar crises; e garantir o acesso de toda a população aos bens e serviços públicos de qualidade (PNUD, 2018):

As metas dos ODM não foram criadas para ser um modelo único. Elas devem se adequar ao contexto de cada país ou região, tendo em vista o comprometimento com a aceleração do desenvolvimento humano. Por isso, o Brasil adaptou algumas das metas, consideradas importantes para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos (BRASIL, 2014a, p. 13).

O Brasil cumpriu a maioria das metas dos ODM antes mesmo de 2015, mas o grande destaque foi a redução da fome e da pobreza. Nos anos de 1990, cerca de 36,2 milhões de brasileiros viviam em situação de extrema pobreza. Adotando metas mais rigorosas que as internacionais, em 2003 reduziu em um quarto esse nível, conseguindo assim, superar a meta já em 2008 (BRASIL, 2014a). Em consonância com o PNUD, implementou projetos de cooperação técnica e realizou parcerias com instituições nacionais, visando o fortalecimento de políticas em setores críticos para o desenvolvimento humano e sustentável (ONUBR, 2018a). Ou seja, o Brasil adaptou-se de forma comprometida para o alcance dos ODM.

A construção da agenda de desenvolvimento pós-2015, se deu por meio de uma transição das agendas de desenvolvimento (ODM-ODS), com uma ampliação dos objetivos que, considerando-se a multidimensionalidade do desenvolvimento, passam a ser divididos em quatro dimensões. Portanto, a nova agenda se constrói sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e buscarão concluir o que eles não conseguiram alcançar.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero.

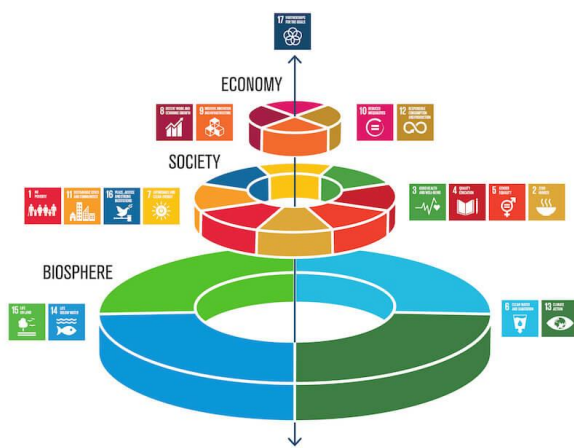
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BRASIL (2009).

Suas dimensões abarcam os três pilares do desenvolvimento – social, ambiental e econômico, e abarca ainda a dimensão institucional, contemplando os objetivos 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” e 17 “Parcerias e Meios de Implementação”.

Figura 3 – Dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <http://voluntariadoempresarial.com.br/ods-como-usar-voluntariado-para-metas-2030/>



Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. Sobretudo no que tange às iniciativas brasileiras, pauta-se assim em maiores compromissos participativos tendendo ao desenvolvimento sustentável. Compreendendo a importância deste modelo de desenvolvimento factível e, por isso participativo, que o programa PROESDE/FURB se envolveu nesta perspectiva de promover meios de implementar, pesquisar e divulgar o conhecimento voltado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2019).

### **3. Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/FURB**

O PROESDE é uma política pública estadual de Santa Catarina, criada a partir do Decreto 3.334, de 25 de julho de 2005, tendo por objetivo contribuir para o desenvolvimento regional, e consiste num conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico das áreas de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional” (SANTA CATARINA, 2005). A operacionalização do programa se dá pelo convênio entre a Secretaria de Estado da Educação (SED) e as universidades integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – Sistema ACADE – sendo a maior parte delas de caráter comunitário, com exceção da FURB. O convênio atualmente prevê a oferta de um curso de extensão em Desenvolvimento Regional, de 200 horas, para alunos de graduação das instituições participantes. Os alunos selecionados recebem do Governo do Estado uma bolsa de estudos que cobre 70% do valor correspondente às suas mensalidades durante o período em que frequentam o curso (SANTA CATARINA, 2017).

Pode-se contextualizar duas importantes motivações que originaram tal política. A primeira delas é o estabelecimento do processo de regionalização operado pelo governo do estado a partir da posse de Luiz Henrique da Silveira, que criou por decreto as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), como forma de interiorizar a atividade política estadual em todo estado, antes centralizada na capital - região litorânea. Neste contexto, o PROESDE objetivou inicialmente qualificar quadros aptos para atuarem junto às propostas das SDRs. Nas palavras de Schafaschek e Meneghel (2009, p. 451), a missão do programa seria “promover o desenvolvimento regional por meio da cooperação, da articulação de redes e do



planejamento conjunto de ações de impacto direto no território”.

A segunda motivação refere-se ao aprofundamento das políticas de bolsas de ensino superior a partir do fomento às instituições integrantes do sistema ACADE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, contexto no qual destacava-se o viés que compreende as universidades como alavanca ao desenvolvimento para as mais diversas regiões (FRANÇA, 2018) e, portanto, como possível parceiro do Estado na eliminação das desigualdades socioeconômicas regionais. O papel das universidades neste programa seria atuando como “articuladoras da rede de atores e direcionando sua competência técnica para problemas específicos da realidade regional, deveriam formar agentes de desenvolvimento com habilidades específicas para atuar em projetos regionais construídos endogenamente.” (SCHAFASCHEK e MENEGHEL, 2009, p. 454).

A FURB, localizada na região do Vale do Itajaí, teve a possibilidade de aderir ao programa em 2009. Isto porque o PROESDE foi planejado e implementado em duas etapas. O foco inicial do programa estava inserido no fomento à interiorização a oeste dos processos políticos e de desenvolvimento do estado de Santa Catarina, no esforço de rompimento com um padrão histórico de ocupação humana e de desenvolvimento socioeconômico similar ao padrão brasileiro, que teve ênfase na faixa leste, ou seja, litorânea (FRANÇA, 2018).

Aqui cabe sinalizar que o programa abarcou apenas o bacharelado na seleção dos participantes até 2015. Após este ano, a Secretaria de Estado da Educação (SED) criou o PROESDE Licenciatura a partir do marco legal original do Programa, passando então a dividi-lo em dois sub-programas, a saber: o PROESDE Desenvolvimento e o PROESDE Licenciatura, cada qual com regulamentação e funcionamento próprios.

Em 2018 a FURB implementou a sétima edição do programa na vertente PROESDE Desenvolvimento, tendo contemplado até aquele momento cerca de 400 acadêmicos de graduação que participaram da formação em agentes de desenvolvimento regional.

O PROESDE Desenvolvimento/FURB assume o formato de um curso de extensão de educação tutorial, com metodologia inspirada no Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação (MEC). Sua denominação é “Curso de Extensão Educação Tutorial em Desenvolvimento Regional com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Como a denominação faz referência aos ODS, apesar de seguir a matriz curricular e ementário provenientes das orientações da SED, a FURB opta por incluir os ODS como eixo transversal. Portanto, o regulamento do curso na FURB traduz as orientações e expectativas





da SED ao mesmo tempo que acomoda as particularidades do programa na instituição. Neste sentido, apresenta-se a matriz curricular do curso no Quadro 1, bem como os seguintes objetivos norteadores:

a) oportunizar vivências e conteúdos teóricos capazes de qualificar criticamente suas formações de origem; e

b) fomentar o interesse pela investigação científica por meio da aproximação dos seus estudantes com o cotidiano do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), base do PROESDE Desenvolvimento FURB por meio de seus acadêmicos, grupos de pesquisa e projetos em curso.

**Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso de Extensão Educação Tutorial em Desenvolvimento Regional com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Disciplina	CH
Desenvolvimento Regional	20
Indicadores de Desenvolvimento	20
Meio Ambiente e Natureza	15
Cidadania e Políticas Públicas	20
Estratégia de Gestão de Redes	15
Planejamento Estratégico Participativo	20
História e Geografia Regional	15
Estratégia de Geração de Emprego e Renda.	15
Práticas Integradas I	30
Práticas Integradas II	30
Total	200

Fonte: Elaborado pelos autores com base no regulamento interno PROESD/FURB 2018

Sob a perspectiva pedagógica de educação tutorial o cotidiano do programa envolve os encontros presenciais aos sábados, mediados pela presença de professores e discentes do PPGDR com os alunos de graduação beneficiados com as bolsas de estudos. Tais encontros são denominados Círculos Tutoriais de Ensino, podendo ser intercalados com encontros de vivências, intervenções e seminários.

O curso inicia com as disciplinas consideradas niveladoras, que abordam conceitos básicos do desenvolvimento regional e concomitantemente apresentam indicadores de desenvolvimento, notadamente aqueles que se relacionam ao alcance dos ODS. É neste contexto que os alunos se organizam em grupos e começam a pensar projetos de intervenções territoriais na região do Vale do Itajaí, que serão aprimorados ao longo de todo o curso e impulsionados pelas disciplinas subsequentes, até atingirem o formato de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). A edição de 2018 possibilitou a elaboração de três projetos



de intervenção com foco em diferentes ODS, conforme no Quadro 2.

#### **Quadro 2 – Projetos de Intervenção 2018, seus respectivos ODS focados e resumo.**

**TÍTULO DO PROJETO:** ENVELHECIMENTO ATIVO: contribuições para a promoção da saúde e bem-estar de idosos da comunidade santa clara, município de Blumenau (SC).

**ODS:** 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

**RESUMO:** O célere envelhecimento da população é um processo de ocorrência mundial que demanda estratégias de promoção da saúde para garantir o envelhecimento ativo da população. O presente estudo tem como objetivo principal: Contribuir para o convívio social e lazer de idosos em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social no município de Blumenau (SC), de forma a contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um estudo qualitativo, tendo como instrumento de análise a aplicação de questionário semiestruturado. A comunidade selecionada foi a Comunidade Santa Clara, localizada no bairro Fidélis, Santa Catarina. No qual se encontra a Associação de Moradores da Vila Jonas Neves que atende idosos e crianças por meio de atividades voltadas à sua saúde e bem-estar. Os resultados apontam que a maioria dos idosos encontra-se satisfeita com as atividades executadas no local e possuem interesse nas atividades propostas para a intervenção, como a implantação de uma horta orgânica, realização do plantio de flores e pintura das paredes. Espera-se, por meio deste, contribuir para o convívio social e lazer, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas, sociais e culturais

---

**TÍTULO DO PROJETO:** ECOLTURA: a Arte Sustentável.

**ODS:** 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

**RESUMO:** A sociedade na qual cada indivíduo está inserido estimula relações e crescimento mútuo e, conseqüentemente, o compartilhamento de conhecimento. Sob a mesma perspectiva de sociedade, no município de Blumenau, em Santa Catarina, desenvolveu-se o projeto EcoLtura: A Arte Sustentável. A busca desse trabalho foi promover hábitos saudáveis e cores, para a comunidade atendida pela Associação Criança em Primeiro Lugar e o Centro de Educação Infantil Irmgard Zoschke. Por meio da pesquisa qualitativa mapeamos a comunidade que gostaria de apoiar um projeto. O objetivo foi promover os indicadores da meta 11.a vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas – ONU, Cidades e Comunidades sustentáveis, fomentando relações sociais e ambientais positivas entre os membros da comunidade pela vida em sociedade e seus benefícios



**TÍTULO DO PROJETO:** FAVO: uma proposta de intervenção cultural descentralizada na cidade de Blumenau (SC).

**ODS:** 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

**RESUMO:** Com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas em 2015 que contam com dezessete objetivos a serem alcançados até 2030, os quais visam adotar estratégias que irão gerar transformações em direção à sustentabilidade global, o presente projeto tem como objetivo fomentar o acesso universal e seguro a espaços públicos disponíveis em bairros afastados do centro da cidade Blumenau, através da promoção de atividades culturais, práticas de lazer e socialização que salvaguardem o patrimônio cultural, e que sejam inclusivas e acessíveis a toda a população de maneira que contemple sua diversidade. A utilização de pesquisa etnográfica, bem como de observação participante, possibilitou a criação de um projeto focalizado no comportamento e consumo cultural da cidade de Blumenau, mas também de um modelo replicável de atividades. Deste modo, busca-se expandir o vínculo entre o ambiente que a cidade dispõe e a cultura desenvolvida pelos próprios moradores da região, pois os espaços públicos existentes possuem relativo potencial para servir de palco para as apresentações culturais, bem como se fazer pensar e ressignificar a relação que as comunidades periféricas possuem em relação aos eventos culturais da cidade, bem como obter contato com diversas culturas que não são hegemônicas na cidade

Fonte: Adaptado de Revista Caminhos Online, “Especial Proesde”, Rio do Sul, a. 10 (n. 32), jan./mar. 2019.

Embora não haja obrigatoriedade de implementação dos projetos de intervenção, até mesmo pelo tempo do curso, é desejável que eles sejam capazes de tornarem-se práticas. Neste sentido, a formação de redes e articulação entre os diversos atores sociais envolvidos no alcance das metas dos ODS é estimulada durante o curso. Em 2018 um dos projetos foi implementado enquanto era elaborado e há possibilidade de criação de novos projetos de extensão para a implementação de dois outros.

Cabe ainda ressaltar que a preocupação com o aperfeiçoamento curricular no PROESDE requer adaptações constantes de currículo e conteúdo. E neste sentido, foi proposto para a SED o formato curricular por eixos que deve passar a vigorar a partir da edição 2019. Tal formato, anseia-se, possibilitará maior flexibilidade para os coordenadores, incluindo novos aspectos disciplinares que possam subsidiar a elaboração do projeto de intervenção por parte dos alunos (TCC) e da realidade do cenário nacional vigente, no período do curso, visto que a realidade se apresenta de forma dinâmica.



#### 4. Considerações Finais

Considera-se a partir da análise participante do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), com enfoque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que este programa foi pioneiro ao incorporar os ODS em suas práticas. Isto foi resultado das discussões e pesquisas vinculado ao grupo de pesquisa do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do PPGDR/FURB. Grupo que promove pesquisas nas áreas da ciência política, com ênfase nas temáticas relacionadas ao estado, sociedade civil, territorialidade e poder.

As ações deste programa buscaram contribuir com o alcance e difusão do conhecimento da agenda de desenvolvimento (ODM-ODS). Estando engajado atualmente, na nova agenda pós-2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, as quais demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal que busca concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero, sobretudo no que tange às iniciativas brasileiras, pois entende que a agenda se pauta em maiores compromissos participativos para alcançar um desenvolvimento sustentável. Compreende-se a importância deste modelo de desenvolvimento factível e, por isso participativo, que o programa PROESDE/FURB se envolveu nesta perspectiva de promover meios de implementar, pesquisar e divulgar os conhecimentos voltados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, o PROESDE Desenvolvimento/FURB, que assume o formato de um curso de extensão de educação tutorial, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proporcionou uma formação de “agentes de desenvolvimento regional”, até o ano de 2018 formou cerca de 400 acadêmicos de graduação. O curso inicialmente promove um nivelamento, abordando conceitos básicos do desenvolvimento regional e apresenta indicadores de desenvolvimento, notadamente aqueles que se relacionam ao alcance dos ODS. É neste contexto que os alunos se organizam em grupos e começam a pensar projetos de intervenções territoriais com foco em diferentes ODS, para a região do Vale do Itajaí, que são aprimorados ao longo de todo o curso e impulsionados pelas disciplinas subsequentes, até atingirem o formato de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Com isso, não houve a pretensão de esgotar o assunto, apenas refletir e analisar as universidades no âmbito da sociedade moderna, além da sua relação com as questões do



desenvolvimento sustentável. Podemos concluir que, as ações desenvolvidas nas universidades são construídas a partir das relações sociais concretas, portanto, sofrendo influência direta dos processos sociais de alienação socioeconômica, estando na base a exploração, tanto do próprio homem, quanto do homem com a natureza. Acredita-se, contudo, que as reflexões proporcionadas nas universidades, em forma de pesquisa, ensino e empiria, podem instrumentalizar os sujeitos para a quebra de paradigmas sociais e reflexões democráticas de participação e ação.

## 5. Referências

ARAÚJO, Ulisses F. **A educação e a construção da cidadania**: eixos temáticos da ética e da democracia. In Lucia Helena Lodi. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio**: Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local / Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração), São Paulo: [s.n.], 2009. 52p. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/guia-de-municipalizacao>>. Acesso em 01 de dezembro 2017. (BRASIL, 2009).

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014. 208 p.: il., gráfs., mapas color. 210p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523\\_relatorioidm.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioidm.pdf)>. Acesso em 12 dezembro 2017. (BRASIL, 2014a).

BRASIL. **Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Revista da 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil / Agenda Pública – Secretária-Geral da Presidência da República e



Secretaria Nacional de Relações Politico-Sociais (elaboração), Brasília: [s.n.], 2014. 80p. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/revista-da-5o-edicao>>. Acesso em 12 dezembro de 2017. (BRASIL, 2014b)

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. **Relatório Brundtland**. Our Common Future: United Nations, 1987.

FRANÇA, Luciano Marcelo. **Desenvolvimento territorial e pactos políticos**: o caso do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) em Santa Catarina de 2003 à 2015. 2018. 281 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/364702\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/364702_1_1.pdf)>. Acesso em: 27 abril 2019.

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e ética**: em busca de uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MÓNICO, Lisete S. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação Qualitativa. In: **Atas CIAIQ2017 - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais / Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales**, vol. 3, 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª Edição. São Paulo, 2000.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Brasil na ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 08 de abril de 2019. (ONUBR, 2019).

\_\_\_\_\_. **Brasil na ONU**: PNUD Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/> Acesso em 08 de julho de 2018.(ONUBR, 2018a).

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em





08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018b).

\_\_\_\_\_. **Conheça a ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018c).

\_\_\_\_\_. **Brasil na ONU: PNUD** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/> Acesso em 08 de julho de 2018.(ONUBR, 2018d)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio.** Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf)>. Acesso em dezembro de 2017. (Resolução A/RES/55/2 - 8 de setembro de 2000).

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2013-0>> Acesso em 11 de julho de 2018.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento Regional. In.: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mário (Orgs.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos.** 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 116-118.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103p.

SANTA CATARINA. **Decreto 3334, de 25 de julho de 2005.** Institui o Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Florianópolis/SC, 2005.

SANTA CATARINA. **Portaria 269/SED/2017.** Regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Desenvolvimento. Florianópolis/SC, 2017.



SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Revista da FAE**, v. 12, n. 2, 2009.

SCHAFASCHEK, Margarida B.; MENEGUEL, Stela M. **A promoção do desenvolvimento regional por meio da universidade**: um estudo sobre o PROESDE-SC. *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB*, v. 4, nº 3, p. 449-479, set./dez. 2009.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento regional**: abordagens contemporâneas. Blumenau (SC): Edifurb, 2009. 221 p, il.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 33-50, 2001. Disponível em:

<[https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141432832001000200003&script=sci\\_arttext&tln g=pt](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141432832001000200003&script=sci_arttext&tln g=pt)>. Acesso em: 08 jan. 2019.

VIEIRA, Paulo Freire. **O papel da universidade no desenvolvimento local**: experiências brasileiras e canadenses. APED, 2011.